

Organização e práxis libertadora

Grupo de pesquisa Organização e Práxis Libertadora¹

Iniciamos agradecendo ao editor o convite para compartilharmos nossa trajetória. Somos um coletivo de trabalho que se localiza na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em seu Programa de Pós-Graduação (PPGA). Nossa trajetória se inicia em 2003, ainda que só tenhamos formalizado nossa presença na Plataforma de Grupos de Pesquisa do CNPq em 2009, quando constatamos acúmulos que nos permitiam fazê-lo de modo consequente e articulado.

Nosso projeto de trabalho se propõe a contribuir para a organização das lutas sociais de duas maneiras: refletindo sobre essa organização e tomando como

¹ O texto expressa a contribuição de todos os que se envolveram em algum dos momentos dessa construção ao longo de mais de dez anos (estudantes de graduação e de pós-graduação, professores): Adriano Saraiva Amaral, Daniela Santos da Silva, Duarte de Souza Rosa Filho, Ellen Carbonari Alves, Fabiane da Costa e Silva, Fábio Renato Silva, Fernando Scherer, Guilherme Dornelas Camara, Gustavo Horbach, Ilídio Pereira, Joysi Moraes, Maria Ceci Misoczky, Maria Clara Weiss, Nicole Marques Feijó, Paulo Ricardo Abdala, Pedro Volkmann, Raphael Homem, Rafael Kruter Flores, Rafael Vecchio (*in memoriam*), Rafaela Mendes Reinehr, Rodrigo Prado da Costa, Rogério Faé, Steffen Böhm, Sueli Goulart, Takeyoshi Imasato.

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFRMG | BELO HORIZONTE | V. 1 | N. 1 | JULHO | 2014 | ISSN: 2358-6311



tema de estudo problemas colocados pela realidade dessas lutas. Ao mesmo tempo, travamos a luta cultural no âmbito de uma disciplina que nasce no mercado e para o mercado, que tem na sua origem e como razão de ser a produção de conhecimento para aperfeiçoar a organização do capital. Falta ainda dizer que durante esta trajetória sempre nos orientamos por um princípio ético-material definido a partir da vida como critério de verdade. Nas palavras de seu formulador, Enrique Dussel (2001, p. 74): "tudo o que funcione eticamente deve produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em comunidade, e, em último caso, a vida de toda a humanidade".

O texto que segue está organizado em duas partes nas quais apresentamos o processo de construção do nosso trabalho, terminando com uma indicação do momento em que estamos e dos novos caminhos que pretendemos percorrer.

Das práticas não-gerenciais de organizar à organização como meio e aprendizagem para a práxis da libertação: 2003-2010²

² Este item reproduz e reorganiza trechos do capítulo de mesmo nome cuja referência é MISOCZKY, M. C. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização como meio e aprendizagem para a práxis da libertação. In: MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; MORAES, J. (Org.). Organização e práxis libertadora. Porto Alegre: Dacasa, 2010. p. 13-56.

A intuição inicial para nosso trabalho vem de 2003, no contexto da disseminação de críticas ao gerencialismo e apostando na possibilidade de produzir afecções ativas, no sentido dado por Deleuze (2002) de processos práticos que encarnam mandatos éticos da ação e da alegria. Ou seja, a ideia de que o trabalho só se torna ação pela efetivação de encontros, que deixam de ser casuais para serem afecções ativas. No entanto, para ser conseqüente, essa atitude orientadora da atividade precisa ser acompanhada de uma escolha sobre o contexto material de sua realização. Além disso, a escolha de trabalhar a partir de uma negação que se encontrava em nosso ponto de partida – *práticas não gerenciais* – implicava em dificuldades evidentes e demandava acrescentar pedaços de afirmação a essa negação... e ver no que daria...

Uma decisão importante que marcou nossa organização inicial foi adotar como definição de contexto o capitalismo, e não a modernidade. Modernidade é uma categoria mais palatável que capitalismo porque acoberta as operações necessárias para garantir o processo continuado de acumulação. Da mesma forma, o discurso sobre racionalidade instrumental e sobre capitalismo como um espírito encobre as implicações materiais tanto da constituição e permanência do sistema, como do controle e subordinação dos sujeitos sociais. Ou seja, em Weber (1997) se encontra a descrição de algumas aparências do desenvolvimento do capitalismo – como é o caso da dominação racional-legal. No entanto, ao não

perguntar como e por que se produz essa dominação e seu sistema de regras, ignora que sua razão de ser é assegurar e salvaguardar o controle do capital sobre o corpo social. Ao desconsiderar que a racionalização é um efeito, não uma causa, reduz a possibilidade de compreensão do sistema à sua mera contemplação, além de justificar, pelo predomínio da racionalidade instrumental e pela fatalidade da gaiola de ferro, a permanência da ordem socioeconômica. Além disso, mitifica a racionalidade instrumental, ao tratá-la como um cálculo racional supostamente livre de valores³ (MÉSZÁROS, 2002).

Nesse sentido, adotamos o tema do sistema do capital entendo-o não como

a reunião de um conjunto de entidades materiais, organizadas e, sempre que as condições o exigam, reorganizadas com sucesso numa ordem adequada pelos recursos combinados da 'racionalidade instrumental' e da 'ética protestante do trabalho', como é geral e erroneamente entendido. Pelo contrário, é um sistema orgânico de reprodução sociometabólica dotado de lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativos que subordinam a si – para o melhor e para o pior, conforme as alterações das circunstâncias históricas – todas as áreas de

³ Essa crítica não implica em descartar completamente o pensamento weberiano, até porque os temas da racionalização e da burocracia como agente racionalizador exerceram importante influência sobre alguns pensadores da corrente marxista ocidental, levando Merleau-Ponty a cunhar a expressão 'marxismo weberiano'. Lukács teria sido o primeiro deles e suas formulações

atividade humana, desde os processos econômicos mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mais mediados e sofisticados (MÉSZÁROS, 2004, p. 16).

No sistema do capital se faz necessária uma forma de coordenação que se expressa como uma relação de dominação, já que uma lógica de autoridade e submissão é imprescindível para sua reprodução por causa do antagonismo que o funda (MÉSZÁROS, 2002). Nesta mesma direção, Prestes Motta (1981, p. 24) considerava que “a heterogestão não apenas funciona como reprodutora das relações sociais, como também as naturaliza na medida em que a separação dominante-dominado ou dirigente-dirigido é fundamental em todo o ordenamento social” (PRESTES MOTTA, 1981, p. 24).

Ainda tratando do contexto... O momento no qual iniciamos nosso trabalho estava marcado pela emergência de movimentos de contestação ao sistema do capital e aos seus efeitos perversos em lutas por outra globalização⁴. Além de eventos de grande porte, uma série de ações locais mostrava a disseminação de resistências ao sistema. No entanto, ao valorizar as práticas de organizar a resistência nos

sobre a reificação influenciaram, em maior ou menor grau, os marxistas weberianos posteriores, tendo sido uma influência decisiva sobre pensadores vinculados à Escola de Frankfurt (LÖWY, 1995).

⁴ Ver, p. ex., o Encontro pela Humanidade Contra o Neoliberalismo, organizado pelos zapatistas no México em agosto de 1996; os dias globais de ação contra a Organização Mundial do Comércio cujo marco foi o de Seattle em 1999; o Fórum Social Mundial em suas diversas edições.

colocamos a exigência de não tomá-las com ingenuidade ou deslumbramento, sem deixar de reconhecer suas limitações. Para tanto, tomamos com muito cuidado as ressalvas de Mészáros (2004, p. 50-52), bem como suas indicações sobre a necessidade de que a organização prenuncie formas genuinamente associativas:

Outro mundo é possível e necessário. [...] Os antagonismos estruturais e contradições explosivas [...] têm sua própria base material, e a paralisante inércia social que resulta dessa base deve ser enfrentada por uma força capaz não somente da necessária negação radical, mas também de construir positivamente uma ordem alternativa sustentável. A 'possibilidade' declarada com relação ao 'outro mundo' não será transformada em realidade duradoura sem o trabalho contínuo da ação emancipatória social à altura da missão. [...] Essa emergente e multifacetada força emancipadora social só conseguirá prevalecer caso se articule sobre princípios muito diferentes de troca e organização humana. [...] A organização e o modo de ação realmente igualitários do movimento emancipador poderão ser levados para o futuro, pois sua constituição interna também representa, já em suas fases constitutivas, prenúncios de uma nova forma - genuinamente associativa - de cumprir as tarefas que possam se apresentar.

Isso nos leva a outro tema que foi objeto de nossas reflexões iniciais: o organizar. A definição usual de organização – como coordenação racional de atividades de um conjunto de pessoas em busca de atingir algo em comum, objetivos ou metas

formais, através de uma cadeia de autoridade e responsabilidade – é teleológica em sua racionalidade e reducionista em sua concepção (SOLEÉ, 2003). Precisávamos, portanto, enfrentar esse reducionismo e produzirmos um conceito em torno do qual articular nosso trabalho.

Elaboramos, então, nossa primeira definição provisória de organização, com ênfase no processo⁵, marcada pela negação, mas esboçando uma afirmação: organizar não é sinônimo de organizar de modo burocrático – para nós esse modo de organizar é sinônimo de prática gerencial. *Organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento.*

Essa definição se relaciona com apropriações teóricas, mas também com o marco inicial de nosso trabalho empírico, que decorreu do encontro com Rafael Vecchio⁶, mestrando que aceitou a ideia de se aproximar da Tribo de Atuadores Ói Nós Aqui Traveiz. O objetivo de sua dissertação foi identificar as contribuições da prática autogestionária desse coletivo para os EOs. Nesse processo, além de

⁵ Ver, a esse respeito, HORBACH, G. B. A evolução criadora de Bergson: fundamentos da abordagem processual das organizações. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

⁶ VECCHIO, R. Teatro como instrumento de discussão social: a utopia em ação do Ói Nós Aqui Traveiz na Oficina Humaitá. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. A dissertação foi posteriormente editada na forma de livro, a convite dos integrantes da Terreira (VECCHIO, 2007).

Rafael, todos nós aprendemos com o coletivo da Terreira, em uma relação dialógica com quem vive no cotidiano seu sonho de futuro. Um dos motivos para estudar o Ói Nóis foi sua marcada e duradoura presença em Porto Alegre e no Brasil. Ainda tateando no trabalho com a organização para a libertação, queríamos superar o argumento de que organizações 'alternativas' são toleradas às margens do sistema por breves períodos de tempo. Outro e mais importante motivo foi o trabalho coletivo de um teatro com função social⁷.

Mais especificamente, o estudo focalizou uma das Oficinas do Projeto Teatro Como Instrumento de Discussão Social, a do Bairro Humaitá. A Oficina se realizava na sede do Grêmio Esportivo Ferrinho, que congrega trabalhadores da extinta e privatizada Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) envolvidos em uma luta para preservar sua história e o próprio prédio. Rafael começou como observador da Oficina que redundou na montagem de *A mais-valia vai acabar, seu Edgar!*, de Oduvaldo Vianna Filho, e acabou como um observador muito participante,

⁷ Para Bertolt Brecht (1967, p. 62), todo ser humano é detentor de enorme capacidade de transformação, cabendo a uma atividade teatral com função social potencializar esse atributo, indo ao encontro das "camadas cuja vez ainda não chegou" (BRECHT, 1967, p. 98). Brecht (1967, p. 191-192) afirma a necessidade de um fazer teatral comprometido: "[...] deslocar nosso teatro [...] para os subúrbios da cidade, onde ficará inteiramente à disposição das vastas massas que produzem em larga escala e que vivem em dificuldades; [...] o teatro tem de se comprometer com a realidade, pois só assim lhe será possível realizar representações eficazes da realidade." Além disto, para Brecht (1967), o teatro deve ter a preocupação com historicizar os fatos sociais, tratando-os como resultado de escolhas e decisões humanas, e disseminar a ideia de que "pode ser diferente", usando duas palavras como síntese: *Não* e *Entretanto*, simbolizando denúncia e anúncio.

atuando na peça. Parte importante do seu trabalho é a narrativa da condução coletiva da Oficina, de sua prática autogestionária:

[...] no que diz respeito à aproximação Ói Nós - Estudos Organizacionais, é provável que a diferença entre as ideias que circulam na teoria organizacional e o que acontece na Tribo cause, de fato, surpresa. Diante desse saudável estranhamento, o que precisa ficar claro – e esta, acredito, é uma das grandes contribuições dos atuadores – é: à cada ideologia, uma forma de organização correspondente. [...] Qual o nosso papel nessa época, aqui, agora? Qual a nossa possibilidade de ação? são as perguntas que, conforme Paulo Flores, permeiam a ação da Tribo. Este senso de causa, esta preocupação de dotar sua prática de significado é, em minha opinião, fundamental se se pretende fazer uma teoria organizacional socialmente relevante. Aquilo que queremos para a sociedade tentamos fazer no nosso cotidiano como Grupo. Não que seja um mar de rosas, mas tentando é a única forma de fazer acontecer. E só o fato de estarmos aqui, como Grupo aberto, autogestionário, reafirmando a possibilidade de mudança, que isso pode e está acontecendo. Uma causa, portanto, em andamento, como indica a fala de Tânia Farias⁸, sendo afirmada todos os dias, em todos os momentos, uma utopia em ação.

[...] Há tanta vivacidade para além dos ambientes climatizados das universidades que estudam os igualmente climatizados ambientes das empresas, por isso, aproximemo-nos dos movimentos sociais, respirando

⁸ Paulo Flores e Tânia Nunes fazem parte da Tribo.

outros ares (melhor, suspirando-os), tirando os sapatos, vestindo aquela roupa folgada, confortável, economizando na maquiagem (exagerar só se for para entrar em cena!) e se lançando, trazendo um novo alento à teoria tomando parte na construção de outro mundo, algo que o Ói Nós Aqui Traveiz vem fazendo há tanto tempo (VECCHIO, 2007, p118 e 123-124).

Na convivência com o Ói Nós ganhamos confiança, aprendemos, refletimos sobre nosso fazer. A defesa da dissertação de Rafael foi no Ferrinho, em um momento de descuido dos guardiões das formalidades burocráticas: a Universidade foi aonde o povo estava. Uma noite quente, um prédio na periferia de Porto Alegre ocupado por trabalhadores que resistiam em defesa de sua história, uma sala lotada com muitos participantes das oficinas do Ói Nós e poucos estudantes do PPGA; momentos memoráveis, um raro e sincero diálogo entre um fazer acadêmico que se queria com função social, mas que ainda engatinhava, e um fazer teatral amadurecido na sua função social. Ao Ói Nós uma homenagem nunca é demais, agradecimentos nunca são suficientes!

Aqueles eram também tempos em que o Fórum Social Mundial havia aportado em Porto Alegre, propiciando uma primeira reflexão sobre o tema da autogestão analisando a organização do Acampamento da Juventude (MISOCZKY; OLIVEIRA; PASSOS, 2004).

Outro momento importante foi a participação no EGOS de 2005, com um trabalho que afirmava a especificidade da alteridade latino-americana frente ao eurocentrismo. Naquele artigo de posição, gerado a partir da indignação com o modo como intelectuais europeus em sua presença nos espaços do Fórum Social Mundial produziam a não-existência de nossa história e da especificidade de nossas lutas, havia um esforço de, a partir das teses da história de Walter Benjamin (1989), produzir um diálogo entre o tempo contínuo e vazio e o tempo messiânico. Ao contar a história desde a perspectiva dos oprimidos recorreremos a citações de intelectuais orgânicos da América Latina em momentos de perigo, conectando-as com as lutas contemporâneas (MISOCZKY, 2005).

Ali havia já um olhar para a América Latina e uma primeira adoção explícita da referência da colonialidade do poder e do saber. Um dos primeiros registros sobre o problema da colonialidade se encontra num artigo de Quijano (1993) publicado no contexto dos debates sobre os 500 anos da conquista europeia da América. Diz ele que colonialidade do poder se refere ao prolongamento contemporâneo das bases coloniais que sustentaram a formação da ordem capitalista. Ainda que o colonialismo político tenha sido eliminado, a relação entre a cultura europeia (ou ocidental) e as outras continua sendo uma relação de dominação colonial (QUIJANO, 1992). Já a noção de colonialidade do saber indica a necessidade de buscar formas distintas de conhecer, produzidas em espaços de

liberdade resgatados da dominação das heranças do eurocentrismo. Implica, nesse sentido, em uma profunda descolonização epistêmica de nossos modos de elaborar sentidos e de nos reconhecer no mundo (TEVES, 2002).

Esses trabalhos, bem como um conjunto de exercícios teóricos e artigos sobre temas relacionados já indicavam a necessidade de abandonar a negação e assumir uma afirmação. Foi assim que, no início de 2006, ao preparar uma apresentação de nosso grupo de pesquisa para o EnEO, passamos a identificar nosso trabalho como *Organização como meio e aprendizagem para a práxis emancipadora*. Essa passagem incluiu uma recusa à apologia do evento, da contingência, da inconstância e do micro processo que, aliada à recusa ao tema do Estado, do poder e da nação, leva a uma posição antipolítica e torna sem sentido qualquer discussão sobre organização, estratégias de ação, mediações materiais. Para esse conjunto de ideias, o exercício da opressão seria o destino inevitável de toda organização, como se a emancipação não precisasse organizar-se. Concordamos com Mazzeo (2005, p. 106), que destaca, em oposição, a necessidade de instâncias organizacionais como ferramentas da ação política:

Ante a crescente heterogeneidade das classes subalternas, ante a necessidade de conciliar interesses de classe com interesses de grupo e a descontinuidade do acionar das massas [...] se torna indispensável pensar em uma ferramenta, uma organização política, instâncias institucionais e

instrumentais totalmente diferentes das que conhecemos (filhas de uma concepção mecânica): que não pretendam substituir a atividade do povo e suas organizações por um poder própovo; que não se concebam como meios de expressão de uma vontade coletiva supostamente unificada nem como executores exclusivos dessa vontade; que não se concebam como a encarnação da consciência de classe ou da ética dos trabalhadores [...]; que abandonem definitivamente os enfoques coercitivos e o instinto policial; que não operem por cima da existência cotidiana do povo e de suas organizações; que sustentem a confiança social, a participação e a coordenação organizativa; que façam dos objetivos emancipadores uma forma emancipadora real e concreta; que sirvam para realizar as metas das organizações do povo e que não pretendam substituí-lo; que contribuam com uma causa e que não se acreditem a encarnação desta causa; que rompam a relação meios fim; que antecipem o futuro desejado nas formas; que se assumam como momento, não como exteriorização fixa e especializada no exercício do poder; que unifiquem – sem dominar – os discursos e práticas emancipadoras (que unam os ‘pequenos destacamentos’ dispersos, que ponham em movimento o conjunto); que não reduzam o logos a uma organização, e que, ocasionalmente e secundariamente, sirvam para a disputa e para o exercício do poder estatal.

Posicionando-nos neste debate, defendemos que uma das tarefas políticas mais urgentes dos estudiosos críticos é explorar os processos de organização da resistência e das lutas sociais que tendem a ser ignorados pelo discurso

organizacional contemporâneo. Ao fazê-lo, contribuimos para contestar a hegemonia da organização - parte importante da hegemonia das relações capitalistas globais que se articula em todos os lugares em que estamos cotidianamente, e onde uma forma de organização e de ser da sociedade se naturaliza como fatalidade. Para Lander (2004), a força hegemônica desse pensamento reside em sua capacidade de apresentar sua própria narrativa histórica como o conhecimento objetivo, científico e universal da sociedade moderna, como a forma mais avançada - e normal - da experiência humana. A hegemonia, como lembra Gruppi (1978), tende a realizar a unidade de diferentes forças sociais e políticas através da concepção de mundo que traça e difunde. Assim, a organização hegemônica tenta, continuamente, naturalizar e essencializar a si mesma como a única forma como o organizar pode ser articulado. Portanto, uma das ações políticas mais básicas e urgentes é desnaturalizar a articulação hegemônica da organização. Este é um ato de exposição que torna possível a imaginação de diferentes mundos e sociedades (MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008).

Assumir esta *batalha cultural* inclui a difícil prática de revisar nossas suposições de 'saber fazer', de 'saber a resposta', que não correspondem nem à experiência que se desenvolve em nosso tempo, nem às necessidades dos atores-sujeitos envolvidos nas lutas sociais. "Nesse sentido, é metodologicamente recomendável

abrir nossos entendimentos e interrogações cada vez mais à realidade, do mesmo modo que ela nos interroga e desafia no cotidiano; é indispensável duvidar, incorporar a hermenêutica da suspeita ante tudo o que se apresenta como aparentemente ordenado e resolvido, ante o unidirecional e linear” (RAUBER, 2004, p. 22). Isso implica em articular as dimensões do pensamento reflexivo crítico: o saber que é elaborado na dimensão teórica com o saber que emerge desde baixo e que fica, na sua maior parte, contido nas práticas. Daí a importância de resgatar, sistematizar e conceituar essas práticas. A articulação dessas dimensões possibilita a construção dialética do diálogo de saberes, indispensável à produção de um novo pensamento estratégico. Esse trabalho, baseado no diálogo, resulta nas novas dimensões do desempenho daqueles que nos acostumamos a identificar como sendo o intelectual orgânico: “não como o que sabe e orienta, mas como o que constrói junto com os atores-sujeitos existentes em uma sociedade concreta, e desde suas realidades” (RAUBER, 2004, p. 23).

Parte central das nossas reflexões era e continua sendo a concepção de *poder desde baixo*. Nela, *poder* é compreendido como uma relação social de forças, sendo onisciente e onipresente em todas as manifestações da vida social. *Desde baixo* se refere ao fundamento do existente que se quer transformar ou sobre o qual se quer influir; se refere à raiz de todo fenômeno, problema, situação. Indica, também e simultaneamente, o próprio processo de transformação – o novo vai

nascendo e sendo construído dia a dia (RAUBER, 2004). De acordo com esta concepção, não pode haver incoerência entre propósitos, meios e fins.

Nessa mesma direção, Dussel (2005, p. 36) enfatiza que a transformação da subjetividade dos atores e dos hábitos da sociedade não podem ser postergados para após a *tomada do poder*:

O que se faça quando se exerça o poder da comunidade política deve se começar a praticar desde o início do movimento. Em especial a formulação de uma vontade democrática participativa horizontal em todos os níveis; ao mesmo tempo que a educação do assumir a responsabilidade irrenunciável da produção, reprodução e desenvolvimento da vida, a vida humana, a vida feliz da comunidade política sem discriminações, universalmente. Estas transformações da subjetividade e a organização dos movimentos são tarefas iniciais e contínuas.

Tomamos, então, a autogestão como tema central à organização. Outro tema central foi o da autonomia que, para Rey (2003), em um sentido compatível com o de Rauber, significa não submeter-se passivamente às regras do jogo impostas pelos que dominam, e sim pensar e atuar com critério próprio e com estratégias autorreferenciais. Nesse sentido de autonomia estamos no espaço da luta intelectual e moral nos termos de Gramsci (1978): a autonomia não brota

espontaneamente das relações sociais, é preciso fazê-la nascer nas lutas e, sobretudo, na compreensão do sentido dessa luta. A autonomia também é um processo de autonomização permanente, de compreensão continuada do papel do subalterno e da necessidade de sua reversão, que tem avanços e recuos. Sendo assim, a organização da própria luta se constitui em um momento de aprendizagem.

Outro tema crítico com relação à autonomia e à estratégia dos movimentos populares é o do Estado. Adotamos a concepção do Estado como um laço social baseado em uma relação assimétrica, de dominação e exploração. O Estado é, portanto, lugar-momento de lutas, de materialização de relações de força (MAZZEO, 2005). Não adotamos a indiferença como atitude frente às instituições estatais. Entendemos que é preciso lutar contra e no Estado (REY, 2003): lutar para eliminar suas instâncias repressivas e ampliar as que tendem a uma sociabilidade coletiva.

Com relação ao âmbito latino-americano que tomávamos como nosso contexto de estudo, lembremos que, como sintetizou León (2006, p. 23), os tempos eram “da articulação das resistências, do desenvolvimento conjunto de propostas políticas abertas, de desenvolvimento de pensamento próprio, de resgate e afiançamento

de conhecimentos, de fortalecimento da comunicação e das interações entre os que resistem ao modelo”.

Ao adotar essas referências foi preciso revisar a definição provisória de organização que vínhamos adotando⁹. A nova definição – sempre provisória (inspirada em DUSSEL, 2002 e 2007) - concebe a *organização* como meio para a emancipação, como atividade em que cada participante aprende a cumprir responsabilidades diferentes, sempre no espaço da unidade do consenso produzido no coletivo. Essa organização, que transforma a potência do povo em poder, se efetiva através de *processos e práticas orientados pela razão estratégico-crítica*, que não é razão instrumental, seu êxito não é o do meio-fim formal, mas o do pleno desenvolvimento da vida de todos: seu exercício *realiza a ação transformadora*. Aqui há um avanço com relação à definição que usávamos dois anos antes: nossa definição de organização deixa de ser genérica e passa a ter um foco que orienta nosso olhar para um tipo de organização – a organização meio para a emancipação, práxis potencializadora, espaço de aprendizagem. Essa definição nos encaminhou mais decididamente para uma atividade comprometida com a transformação da realidade, uma atividade crítica que

⁹ Organizar não é sinônimo de organizar de modo burocrático – para nós esse modo de organizar é tomado como sinônimo de prática gerencial. *Organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento.*

toma como referência a possibilidade do desenvolvimento da vida humana em geral e, como sua condição, a possibilidade da produção e reprodução da vida em comunidade.

Falta esclarecer o entendimento de práxis que adotamos. Para iniciar, é preciso compreender o significado de práxis em sua distinção com relação à atividade. Atividade, ou ação, se refere ao ato ou conjunto de atos através do qual um sujeito modifica uma matéria prima dada. Essa é, evidentemente, uma qualificação por demais inespecífica, ao ponto de abarcar atividades instintivas ou biológicas e, mesmo, atos que não sejam especificamente humanos. Para Vásquez (2007, p. 219), “a atividade propriamente humana apenas se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou fim, e terminam com um resultado ou produto efetivo, real”. Há, portanto, a interferência da consciência. Ou seja, o real almejado existe anteriormente como produto ideal da consciência, como antecipação do desejado. Mais que isso: como no processo de realização o ideal antecipado na consciência sofre modificações, para que se possa falar de atividade humana “é preciso que se formule nela um resultado ideal, um fim a cumprir, como ponto de partida, e uma intenção de adequação, independentemente de como se plasme, definitivamente, o modelo ideal originário” (VÁSQUEZ, 2007, p. 221). Ainda, “se a práxis é ação do homem sobre a matéria e criação – através dela – de uma nova realidade, podemos falar

de diferentes níveis de práxis, de acordo com o grau de penetração da consciência do sujeito ativo no processo prático e com o grau de criação ou humanização da matéria transformada, destacado no produto de sua atividade prática” (VÁSQUEZ, 2007, p. 265).

O autor distingue, entre outras, a práxis criadora da práxis burocratizada. Nessa, os atos práticos apenas revestem uma forma que já existe; trata-se de uma práxis degradada e inautêntica, onde o conteúdo é sacrificado à forma, o real ao ideal, o particular concreto ao universal abstrato. Dela desaparecem a imprevisibilidade e a aventura que acompanham a prática criadora e que exigem elevada atividade da consciência, não só ao traçar o projeto que os sujeitos procuraram plasmar com sua atividade material, como também ao longo de todo o processo (VÁSQUEZ, 2007). Nosso interesse se dirige, obviamente, para práticas organizacionais que se constituem em práxis criadora.

Precisávamos, ainda, ter claro ao que nos referimos quando falamos de produção de conhecimento porque ocorre, usualmente, a vinculação com uma concepção hierarquizada, que atribui esta função à posição privilegiada da profissão acadêmica no isolamento dos campi, afirmando uma determinada posição de liderança de supostas elites institucionalizadas. Adotando o referencial gramsciano, reconhecemos que a produção do conhecimento também se faz nos

espaços de contestação e resistência. Nesse sentido, em nosso trabalho, valorizamos o conhecimento produzido por autores que estão na academia e que trabalham ombro a ombro com os movimentos sociais, e o conhecimento produzido pelos ativistas que, em seu cotidiano de lutas, também teorizam. Ambos se caracterizam como intelectuais orgânicos, no sentido afirmado por Gramsci (1978). Com o complemento de Paulo Freire (1994) trabalhamos, portanto, a partir de conhecimentos gerados com a preocupação de anunciar diferentes possibilidades e práticas de organizar nascidas nos movimentos e lutas sociais e apreendidas por intelectuais orgânicos – ativistas e/ou acadêmicos.

Entre os estudos realizados com essa nova definição de organização, mencionamos a análise das práticas organizacionais em escolas de movimentos sociais¹⁰. Foram estudadas a *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo*, criada por um movimento social que surgiu em oposição direta à ditadura militar na Argentina; o *Jardín Crecer Imaginando en Libertad*, do *Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD) de La Matanza*, que emergiu como resultado dos conflitos entre subalternos e dominantes na década de 90 também na Argentina; a Escola Estadual de Ensino Fundamental Nova Sociedade, que se localiza em um

¹⁰ Trata-se da Tese de Doutorado de Joysi Moraes, intitulada *Práticas organizacionais em escolas de movimentos sociais: verticalidades e horizontalidades*, apresentada em março de 2008 no PPGA/UFRGS. Posteriormente, a reanálise do material coletado resultou na edição de Misoczky e Moraes (2011).

assentamento de reforma agrária da Região Metropolitana de Porto Alegre e também coordenava as Escolas Itinerantes do MST. O estudo das duas primeiras organizações¹¹ permitiu sistematizar algumas características das práticas organizacionais horizontais.

Outro estudo que marcou nossa aproximação com movimentos sociais dos países vizinhos foi sobre as lutas que levaram à reestatização de serviços de água e saneamento concedidos a empresas transnacionais, no Uruguai e na Província de Santa Fé na Argentina (FLORES, 2007). A concepção de que a produção e distribuição da água e o saneamento devem ser prestados por empresas privadas com mais capacidade tecnológica e de investimento foi contestada por uma articulação de organizações que recusaram a ideia de que a água é um bem econômico (eufemismo para mercadoria). Essa contestação foi protagonizada por grupos subalternos organizados em uma articulação de movimentos sociais, sindicatos, organizações ambientalistas e outras organizações. Os estudos propiciaram uma problematização do senso comum estabelecido no contexto do avanço da hegemonia neoliberal na América Latina. No mesmo sentido, permitiu

¹¹ Ao se vincular diretamente ao sistema público de ensino, como é o caso da Escola do Assentamento estudada, apesar dos esforços do MST para influenciar a comunidade escolar, as práticas organizacionais acabam sendo as mesmas de outras escolas da rede pública estadual.

avançar as reflexões sobre a relação entre as lutas sociais e as estruturas do Estado.

Outro fenômeno que chamou nossa atenção foi a expansão das plantações de árvores de uso industrial (em geral eucaliptos e pinus) em nossa região. Essas árvores exóticas vêm se estendendo pelas regiões tropicais e subtropicais, substituindo as matas nativas. Trata-se de um vasto processo de destruição de espaços de biodiversidade e sua substituição por uma natureza extremamente simplificada – os *desertos verdes* homogêneos¹². Impulsionado pelos organismos internacionais, o cone sul da América do Sul – incluindo a metade sul do Rio Grande do Sul - é a atual fronteira de expansão dos desertos verdes. Sua implantação vem acompanhada da construção de fábricas de celulose, um dos processos produtivos mais poluidores de mananciais hídricos e tem outra consequência associada: a concentração da propriedade da terra. A novidade é que esses latifúndios estão conectados à indústria globalizada, reconfigurando também os territórios sociopolíticos.

Esse novo avanço do sistema metabólico do capital sobre a natureza não tem se dado sem resistências por parte de organizações da sociedade. Preocupados com

¹² Atividades de florestação por árvores exóticas já vinham se desenvolvendo no Brasil e no Uruguai pelo menos desde a década 1960.

esse tema, realizamos em outubro de 2006 uma viagem de estudos¹³ em busca de informações sobre movimentos de oposição às florestações de árvores exóticas e às novas fábricas de produção de pasta de celulose, projetadas para a metade sul do Rio Grande do Sul e Uruguai. Em Gualeguaychú¹⁴ exploramos especialmente o tema da horizontalidade, aprendendo que essa permite a participação de todos e impede o bloqueio das decisões por indivíduos ou grupos.

Após essa viagem, um de nós – Steffen Böhm –, apresentou nossas aprendizagens em um Seminário em Santiago del Estero, norte da Argentina. Lá a população enfrenta um problema local de degradação ambiental há mais de duas décadas, vendo seu rio e lagos contaminados pela agricultura extensiva e pelas atividades de mineração da vizinha Tucumán. Os residentes de Las Termas, uma pequena cidade turística perto de Santiago, vêm tomando as ruas em ações de protesto e resistência. Inspirados pelas ações da Assembleia de Gualeguaychú, eles têm bloqueado estradas para demandar o fim do processo de degradação de suas fontes de água, o que impacta diretamente suas vidas. Steffen se engajou com o

¹³ Desta viagem participaram, também, Steffen Böhm da Universidade de Essex, estudantes de graduação e de pós-graduação da Escola de Administração da UFRGS, bem como dois estudantes de mestrado do PROPAD-UFPE. A ideia orientadora da viagem, por estrada de Porto Alegre até Buenos Aires, entrando na Argentina pela Província de Entre Rios, foi que todos nós nos engajássemos em lutas contemporâneas concretas.

¹⁴ Informações sobre a situação atual, bem como sobre antecedentes desta luta podem ser encontrados em <http://noalaspapeleras.com.ar/web/>; sítio da Assembléia Cidadã Ambiental de Gualeguaychú.

povo de Las Termas, participou de reuniões de sua Assembleia, apresentou suas aprendizagens (BELLO, 2006) sobre o que vivenciou em Gualeguaychú em várias participações no rádio e em artigos no jornal local. Além disso, organizou junto com a Universidade Nacional de Santiago, um seminário que trouxe, pela primeira vez, os ativistas de Las Termas para a capital provincial, propiciando espaço para a vocalização de suas demandas.

Um registro importante deste período foi a organização de um número especial de *ephemera*¹⁵ com o propósito de informar aos leitores de todos os lugares sobre a organização das lutas e resistências em curso na nossa região, e sobre as tensões vividas e experimentadas por tantos latinoamericanos (MISOCZKY, 2006). Esse número especial colocou, em uma mesma edição, reflexões acadêmicas e conhecimento dos ativistas; colocou também em um mesmo espaço contextos e referências muito diferentes: culturais, sociais, econômicos, profissionais etc. Tratou-se de uma edição contaminada por muitas linguagens, onde a acadêmica foi apenas uma delas e não a dominante.

Como síntese parcial, registramos que algumas categorias e valores que, naquele momento, eram recorrentes em nossos estudos: horizontalidade, participação

¹⁵ <http://www.ephemerajournal.org/issue/am%C3%A9rica-latina-latin-america>

direta nas decisões, construção coletiva da organização e de suas práticas, valores orientados para a vida, tolerância e solidariedade na relação com a alteridade, práxis criativa.

Nosso trabalho sofreu uma nova inflexão em dezembro de 2007. Embora dois dos autores mais presentes em nosso trabalho – Paulo Freire e Enrique Dussel - sempre se referissem à libertação, a colonialidade do nosso saber nos levava à referência da emancipação. Mesmo constatando que seu uso implicava em frequentes mal entendidos, como se nos referíssemos a uma emancipação iluminada pela razão, continuávamos usando-a. Misoczky (2007, p. 15) relata que ao escrever a Introdução ao livro de Rafael Vecchio sobre a Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz escreveu ‘práxis libertadora’, acrescentando uma nota de rodapé nada esclarecedora, mas interessante como registro - “*In process*: ao escrever, nesse exato momento, troquei uma palavra – onde se lê *libertadora*, até poucos minutos se encontraria *emancipadora*” (MISOCZKY, 2007, p. 15).

Naquele momento, encontrar o texto de Dussel, em seu livro recém-editado no Brasil, produziu um novo sentido:

É verdade que a revolução burguesa falava de liberdade. É necessário, agora, subsumindo-a, referir-se à libertação [...]; agora não nos referimos

à liberdade, mas sim a libertação como processo, como negação de um ponto de partida, como uma tensão até no ponto de chegada. Unidos aos outros postulados da revolução burguesa que enunciavam como a proclamação de "Igualdade! Fraternidade! Liberdade!"; devemos transformá-los, na rebelião dos povos oprimidos e excluídos da periferia em suas lutas pela Segunda Emancipação, no novo postulado: "Alteridade! Solidariedade! Libertação!" (DUSSEL, 2007, p. 164).

A práxis da libertação tem dois momentos: uma luta negativa, desconstrutiva contra o dado; e um momento positivo de construção do novo. Trata-se de uma ação que se orienta pelo princípio político crítico da factibilidade, por um possível que se coloca frente a aparentes impossibilidades práticas que precisa subverter. Práxis que exige o horizonte utópico, a esperança concreta, um projeto de transformações onde se explicitem os fins concretos da ação libertadora em todas as esferas da vida em sociedade (BLOCH, 2006; DUSSEL, 2007); práxis que exige, também e decisivamente, organização.

A definição de organização que adotamos desde então – *organização é a expressão de processos e práticas orientadas pela razão estratégico-crítica para realizar a ação transformadora* – tem permitido aprender com um saber político popular que vem sendo produzido, pelo menos desde a última década, no âmbito das lutas sociais, já que a reflexão sobre a organização é recorrente entre os militantes.

Continuamos, portanto, explorando para tornar visíveis, refletir, disseminar, aprender e contribuir com a organização das lutas de libertação.

Uma aprendizagem importante para nosso trabalho veio da reflexão sobre horizontalidade e verticalidade. Possivelmente por influência de autores com os quais temos uma relação intelectual-afetiva, como é o caso de Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta, tendíamos a incensar a autogestão e a horizontalidade. O trabalho realizado junto às escolas de movimentos sociais foi muito importante para confrontar esta idealização. Hoje, continuamos entendendo que a horizontalidade é o caminho mais compatível com a construção de sujeitos coletivos. No entanto, precisamos resguardar a distinção entre horizontalidade procedimental e horizontalidade substantiva. A horizontalidade como procedimento não constitui um valor em si; a horizontalidade possui valor quando pré-figura outra sociedade, quando critica o poder da representação e destrói a tendência à hierarquia. Sem isto, corre-se o risco de fetichizar a horizontalidade e a autogestão.

Misoczky e Moraes (2011, p. 179) explicitam preocupações a esse respeito, preocupações com as quais ainda nos defrontamos:

O conceito de autogestão [usado no estudo relatado] foi construído a partir de proposições alternativas que vêm do passado e, no nosso entendimento, só deve ser utilizado quando produz sentido para a organização contemporânea em contextos e práxis concretos. Uma restrição que insistimos em enfatizar se relaciona com o risco de impor um modelo de organização definido a priori [...]. Ou seja, é preciso evitar que a autogestão se converta [...] em um modelo prescrito a ser obrigatoriamente seguido por todos os coletivos. Para Rosa Luxemburgo (2005), deveria haver invenção. Portanto, precisamos refletir sobre o quanto a prescrição da autogestão como o modelo organizacional das lutas sociais populares limita a invenção e reproduz receitas. [...] sem falar que a centralidade da gestão retira o foco dos antagonismos centrais que precisam ser enfrentados de modo criativo e com a devida potência. Nessa mesma direção, Harvey (2010) alerta para o problema que se constitui para a esquerda anticapitalista construir organizações e desencadear uma dinâmica revolucionária que possa substituir o sistema de acumulação do capital por outras práticas e formas de coordenação social, troca e controle, que garantam estilos de vida adequados para os bilhões de pessoas que vivem no planeta e para o próprio planeta. [...] Harvey (2010) afirma que a intensa adesão de muitos movimentos ao fetichismo da forma organizacional horizontal se coloca no caminho de qualquer amplo movimento revolucionário capaz de enfrentar um problema dessa dimensão. Queremos aqui reter a noção de fetichismo da forma organizacional, que nos parece extremamente adequada, já que permite que se reconheça a substituição do processo

real de relações sociais que se constroem na práxis dos lutadores sociais, que se faz acompanhar de aprendizagem e criatividade, por uma estrutura fantasmagórica pré-concebida.

Para finalizar essa primeira parte, podemos dizer que havíamos chegado a um acúmulo que nos permitia colocar uma agenda para o futuro que incluía a continuada preocupação com a não prescrição e com a aprendizagem com a práxis dos lutadores sociais. Além disso, nos demos conta que estávamos sendo contaminados pelos temas de suas lutas. Ou seja, estávamos incluindo novos temas em nossa agenda: o avanço do capital sobre a natureza e suas consequências perversas para a produção e reprodução da vida em comunidade; a relação desse avanço com o discurso do desenvolvimento e as práticas do novo desenvolvimentismo, bem como a dificuldade de se opor a essa hegemonia. Iniciávamos também duas parcerias muito importantes para nosso trabalho: com o Núcleo de Estudos da Administração Brasileira¹⁶ e com o Instituto de Estudos Latino-Americanos¹⁷. Essas aproximações nos levaram a avanços em nosso trabalho, entre eles mencionamos a familiarização com a Teoria Marxista da Dependência, em especial com as contribuições de Ruy Mauro Marini e a formalização de um projeto sobre as contribuições do pensamento social

¹⁶ Ver <http://abrasuff.blogspot.com.br/>.

¹⁷ Ver <http://www.iela.ufsc.br/>.

brasileiro para a qualificação do ensino e da pesquisa em administração pública¹⁸.

ESTUDOS CRÍTICOS DO DESENVOLVIMENTO: 2011-2014

Esse período, como foi dito, é marcado pela ênfase na crítica do desenvolvimento, não como um fim em si, mas como uma agenda que nos foi dada pelos lutadores sociais em seus embates para defender modos de vida contra os avanços do capital que, em muitos casos, são auspiciados por governos autodefinidos como progressistas em nome do desenvolvimento.

Anteriormente havíamos realizado uma primeira aproximação ao tema (FAÉ, 2009). Nesse trabalho foi analisada a estratégia discursiva do Banco Mundial, organização que dissemina formulações com vista à estabilização e crescimento do mercado em escala mundial. Através da análise crítica de discurso foram examinadas as principais ações discursivas que, no período do imediato pós-guerra, buscaram promover o processo de industrialização e, ao categorizar as nações como desenvolvidas ou subdesenvolvidas, definiram um de modelo a ser seguido. Assim, a sociedade de consumo de massa seria o estágio último de

¹⁸ Projeto financiado pela CAPES no âmbito do Edital Pró-AD, com coordenação geral do Prof. Paulo Emílio Matos Martins e coordenação na UFRGS de Maria Ceci Misoczky.

desenvolvimento, com base em um processo evolutivo em que os diversos países somente se diferenciariam por uma questão temporal (ROSTOW, 1961). Em contraposição, as ações discursivas que ganharam forma nos países periféricos buscaram resistir à aceitação dos padrões formatados nos países centrais: primeiro, em defesa do nacional-desenvolvimentismo e, a partir da identificação dos limites experimentados por essa estratégia; de um processo de desenvolvimento condicionado pela situação de dependência. A produção discursiva que teve por palco os países periféricos valorizou, também, uma análise influenciada pelo marxismo que buscou dar visibilidade para os processos de apropriação de excedente com base em relações sociopolíticas. Nesse contexto, o estudo concluiu que a ação discursiva do Banco Mundial resultou de uma lógica que expressa os interesses dos países centrais e dos detentores dos meios de produção, constantemente reconstruída com vista à superação dos problemas que se apresentam à estabilização e disseminação dos mercados e das pressões exercidas pelos que se contrapunham ao discurso dominante. Além disso, a posição assumida pelo Banco Mundial foi possível mediante uma estratégia de apropriação parcial de discursos específicos que emergiram em diversos contextos histórico-sociais e, posteriormente, através da produção de discursos originais que conferem maior coerência e força aos seus propósitos.

Essa primeira aproximação foi importante porque propiciou um mapa das diversas abordagens sobre o tema do desenvolvimento, além de esclarecer o papel de um dos agentes mais importantes nesse campo. Uma decorrência desse trabalho foi um projeto de pesquisa voltado para a análise da tradição do pensamento social brasileiro, expresso por intelectuais, artistas e políticos que, nas décadas de 1950 e 1960, articulavam seu discurso em torno dos temas nação, povo e desenvolvimento, em sua relação com o discurso atual sobre desenvolvimento nacional¹⁹. Uma constatação importante foi o tratamento dado ao tema do desenvolvimento e a conformação de um discurso articulador de políticas definido como novo-desenvolvimentismo que levou à proposição de outro projeto, desta vez sobre a estratégia emergente de desenvolvimento nacional²⁰.

O projeto sobre a tradição do pensamento social brasileiro sobre desenvolvimento dialogou com algumas ideias que se encontravam em debate naquele momento como, por exemplo, as proposições de Fontes (2010), segundo as quais a suposição de um novo-desenvolvimentismo tem um aspecto paradoxal já que busca, ainda que artificialmente, vincular o futuro ao passado forjando, assim, uma espécie de historiografia mitológica e simplificada. Nessa história mitológica,

¹⁹ Projeto financiado pelo CNPq, coordenado por Maria Ceci Misoczky.

²⁰ Projeto financiado pelo CNPq, coordenado por Maria Ceci Misoczky.

as linhas fundamentais rezam que, nas décadas de 1960 e 1970, ditaduras civis-militares (apoiadas pelos Estados Unidos) teriam esmagado o projeto desenvolvimentista impulsionado pela aliança entre o Estado e as burguesias industriais nacionais que, no entanto, havia sido dificultado por um esquerdismo radical.

A teoria do desenvolvimento, como já foi mencionado, supõe que o subdesenvolvimento seria uma situação anterior ao desenvolvimento econômico (medida de modo quantitativo) que, naturalmente, se espraiaria modernizando as esferas econômicas, sociais, institucionais e culturais da sociedade. Já o desenvolvimentismo, em nossa região, teve a marca das formulações da CEPAL: desenvolvimento autônomo; Estado acima da sociedade e com capacidade de incidir através de políticas econômicas adequadas; industrialização como alavanca para a transformação social. Nas palavras de Marini (2010, p. 110), “a industrialização assumia o papel de deus ex-machina, suficiente, por si só, para garantir a correção dos desequilíbrios e desigualdades sociais”. Assim, no decorrer dos anos 1950, “o desenvolvimentismo se tornou a ideologia dominante e a matriz por excelência das políticas públicas”. No entanto, a crise simultânea de acumulação e de realização da produção desaguou, “na década de 1960, na crise e na estagnação, revelando as características perversas assumidas pela industrialização” (MARINI, 2010, p. 11), dentre elas a superexploração do trabalho e

manutenção da estrutura fundiária intocada, com evidentes implicações para a fragilização do mercado interno.

Na década de 1970 começaram a se manifestar uma série de mudanças na dinâmica global de acumulação capitalista. De acordo com Harvey (2007), a resolução da crise da década de 1970 foi equacionada através do deslocamento espaço-temporal das contradições, conformando uma nova forma de inserção subordinada dos espaços nacionais na dinâmica da acumulação capitalista. Assim, algumas regiões buscaram elevar seu nível de competitividade no mercado mundial, o que redundou em mudanças nas lógicas da dependência econômica e política. Em decorrência, durante as décadas de 1980 e 1990 foram empregados, de modo gradual, dispositivos para transformar e restaurar o poder de classe. Nesse processo foram cruciais quatro elementos: (1) a financeirização, que se iniciou na década de 1970 e se acelerou na de 1990, com a expansão desigual de investimentos estrangeiros diretos que buscavam espaços mais vantajosos para os negócios comparando os lugares; (2) esse processo foi articulado com a crescente mobilidade geográfica do capital, facilitada pela rápida redução nos custos dos transportes e comunicação, bem como pela padronização das transações comerciais promovida por acordos internacionais e por agências internacionais de financiamento que pressionavam os Estados nacionais a reformar seus aparelhos; (3) o complexo formado por Wall Street, pelo Fundo

Monetário Internacional e pelo Departamento do Tesouro dos EUA foram capazes de coagir muitos países da periferia a seguir programas de ajustes estruturais e acordos de livre comércio bilaterais; e (4) a difusão global da nova ortodoxia econômica monetarista e neoliberal, enfatizando o controle da inflação e o saneamento das finanças públicas como os principais objetivos da política econômica. Agregue-se a esse cenário o conjunto de ditaduras civil-militares que se implantaram em diversos países da América Latina a partir dos anos 1960 e dos governos eleitos que as seguiram que, de um modo geral, redirecionaram os esforços desenvolvimentistas prévios na direção do que Svampa (2012, p. 40) denomina de “Consenso das Commodities”. Nos termos de Sampaio Jr. (2010, p. 45), “o novo padrão de concorrência internacional reforçou a hierarquia da divisão internacional do trabalho, condenando as economias latino-americanas a especializarem-se na produção de mercadorias de baixíssimo conteúdo tecnológico”.

Na síntese oferecida por López e Vértiz (2012, p. 23):

Para além das diferenças substanciais entre países, existe um amplo consenso sobre o fato de que os projetos de desenvolvimento mudaram significativamente na América Latina no início dos anos 2000. Sem dúvida, como todo processo histórico, os novos projetos de desenvolvimento nacional na América Latina se construíram sobre as

bases criadas pelo neoliberalismo. Entre elas, podemos destacar, por um lado, o caráter transnacional do capital que hegemoniza o processo de acumulação na maioria dos países da região e, por outro, a nova dependência associada à produção de commodities para exportação.

Em reação, se disseminaram lutas sociais que combatem o extrativismo e que, ao defender outros modos de vida, se opõem ao desenvolvimento, mesmo que sem conseguir avançar novas definições. O real impõe limites às ideias, ainda que essas contenham uma autonomia parcial. Ou seja, por mais que as categorias do pensamento sejam socialmente condicionadas, o processo de pensar obedece a um conjunto de exigências internas, sistematização e coerência que possibilita que a formulação teórica ande junto e, mesmo, avance em relação aos acontecimentos. O fato é que ainda não foi formulado o conceito que permitirá a articulação de um referencial coerente de modo que as lutas sociais e as práticas produtivas e organizacionais ganhem um sentido compartilhado e possam disputar a batalha cultural e prática no campo que ainda se denomina do desenvolvimento. No entanto, indícios de que este processo se encontra em curso estão entre nós e são muito importantes para serem desprezados (MISOCZKY; GOULART; MORAES, 2010). Por isso, iniciamos outro projeto de pesquisa²¹ com o objetivo de analisar

²¹ Projeto denominado "Desenvolvimento: perspectivas em disputa", financiado pela FAPERGS e coordenado por Maria Ceci Misoczky.

diferentes e contraditórias perspectivas sobre o tema do desenvolvimento, contribuindo para sistematizar essas disputas com o objetivo de contribuir para uma renovação no campo dos estudos críticos do desenvolvimento, trabalhando nas lacunas teóricas e apontando processos ativos de construção de alternativas, indo além da denúncia, também necessária, dos efeitos adversos da teoria hegemônica do desenvolvimento sobre grupos populacionais e sobre a natureza.

Assim, a articulação destes quatro projetos (pensamento social brasileiro, da tradição ao novo-desenvolvimentismo, estratégia emergente de desenvolvimento nacional, disputas em torno do desenvolvimento) forneceu um rumo para nosso trabalho. Voltamos-nos, também, para outra face da nova ilusão desenvolvimentista: políticas sociais dirigidas a setores sociais mais vulneráveis com ênfase em políticas compensatórias e de estímulo ao consumo, em um mercado interno ampliado e integrado ao mercado mundial. Segundo essa lógica, a ampliação do consumo funcionaria como um meio de pacificação social, com os explorados defendendo um projeto que não lhes pertence, já que a política pró-desenvolvimentista acentua a falta de autonomia dos oprimidos que terminam por subordinar suas reivindicações às necessidades dos capitalistas (KATZ, 2010).

É importante ressaltar a importância da apropriação do pensamento social latino-americano, em especial do brasileiro, para o que realizamos nos últimos

anos. Inspirados em Walter Benjamin (1989), retomamos as contribuições de uma geração de homens e mulheres que, nas décadas de 1950 e 1960, “partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade” (FERREIRA, 2006, p. 15). A derrota desta geração, em 1964, não justifica silenciar suas experiências e projetos, pelo contrário! Para interpretar o presente é preciso remeter a interpretação ao passado, à explosão do ocorrido, em uma relação na qual o passado é atualizado e reinventado a partir das interrogações que o presente faz. Não há, portanto, um passado objetivo e neutro, que se guarde e possa ser reconstruído, mas uma construção que o próprio presente realiza em sua viagem aos tempos pretéritos. Para que isto se efetive é preciso permitir que o ocorrido entre em nossa vida, é preciso um sentido de proximidade que vá além da empatia fugaz. Nessa concepção, os objetos e acontecimentos passados não são imóveis nem imutáveis, já que a dialética os revolve e revira para baixo o que está por cima. Este revirar da história é o que permite o diálogo entre as gerações do presente e do passado. “Melhor dizendo, um diálogo entre as gerações em luta do presente e alguns representantes das gerações do passado que lutaram e deixaram plasmada essa luta em obras que são cristais que

guardam conhecimentos importantes que somente podem ser alcançados à luz do presente” (TISCHLER, 2008, p. 115).

Seguindo essas indicações, construímos um diálogo com alguns intelectuais, artistas e políticos que fizeram parte destas gerações que, no passado, lutaram por um projeto generoso e solidário de desenvolvimento para o país, projeto este que pode ser representado pelas palavras de Vieira Pinto (1956, p. 420): “desenvolvido é o país soberano, ou seja, que experimenta um modo de ser existencial da população autônoma e com igualdade cultural, social e econômica”.

Nesse diálogo, recuperamos a memória do significado de povo, em oposição ao de indivíduo consumista (MISOCZKY; CAMARA; CARBONARI, 2012). A necessidade de buscar ecos do povo, e ouvi-los, é uma decorrência do fato de que uma destas versões oficiais e dominantes da história, uma construção organizada a partir da academia, desqualificou toda e qualquer referência ao povo, instituindo no senso comum uma palavra de intensa carga negativa: populismo. Assim, a presença dos trabalhadores na vida política do país, apesar de visível nas ruas desde a revolta contra o suicídio de Vargas em 1954, passando pela defesa da posse de Juscelino e da luta pela Legalidade quando da renúncia de Jânio, até a defesa das reformas de base no governo Jango (FERREIRA, 2006), é, nestas construções, desqualificada e obscurecida. Com a disseminação desta tese, ao ponto de

converter-se em senso comum, como já dissemos, o povo que resiste, trabalha e luta desaparece, sendo substituído pelo indivíduo que consome e se consome para consumir, de acordo com as proposições de Vieira Pinto (2008).

Essas proposições foram essenciais para que enfrentássemos o tema da suposta nova classe média. Em sua tese de doutorado, Abdala (2014), articula teoricamente Vieira Pinto (2008) e Marini (1991), autores essenciais para renovar o pensamento social latino-americano e afastar as ilusões cultivadas pela “ciência da ocultação”²² e para analisar o aumento do consumo em sua articulação com as classes sociais, o trabalho e a produção, como relações inseridas nas contradições do capitalismo dependente que levam à renovação da superexploração do trabalho. Vieira Pinto (2008, p. 321-322) propõe a categoria do não-consumidor:

É evidente que numa sociedade declarada farta, que sacralizou o consumo, dele se orgulhando, porque o julga o rasgão do firmamento por onde desce a voz da divindade que abençoa, repetimos, é evidente que em tal meio não pode ser o mesmo o conceito de consumo imaginado pelo consumidor e o que nasce no espírito do infeliz não consumidor. [...] O consumidor para quem o consumo é um hábito social que exerce

²² Expressão usada por Vieira Pinto (2008) em referência ao desenvolvimento, que funciona como uma grande narrativa de ocultação, mantida pelo corolário progressista e evolutivo que entende o subdesenvolvimento como uma etapa rumo ao desenvolvimento, como se o futuro fosse necessariamente melhor que o presente.

continuamente e em relação a tudo quanto lhe apetece, considera-se naturalmente instalado nesta condição em virtude de um direito que lhe é inerente e que pratica livremente, sem indagar se todos os homens dele gozam igualmente. [...] O não-consumidor, para quem o consumo é um ato excepcional, para quem a compra de um objeto, às vezes de uso banal ou imperceptível para a classe dominante, reveste-se de um estado psicológico de esperança, de ansiedade e frequentemente de dúvida sobre a sensatez da decisão, tem de ser, obrigatoriamente, o indivíduo que não está tranquilamente consciente do direito do consumo de tal coisa.

Assim, a relação entre consumidores e não-consumidores sintetiza a dicotomia entre as classes sociais antagônicas marcadas pela contradição insolúvel do capitalismo: a cisão entre capital e trabalho. Dela decorre que o produtor privado necessita do consumo privado sem, no entanto, poder dar para ele o direito amplo ao consumo. Vieira Pinto (2008) se refere, então, à suprema ironia do capitalismo: o consumidor privado está realmente privado daquilo que não consome. Abdala (2014) toma a dialética do consumo para analisar a transformação do consumo na última década, superando a noção economicista e arbitrária forjada por meio da teoria da estratificação e, portanto, a própria noção de nova classe média. Essa passa a ser caracterizada como não-consumidores, aqueles para quem o consumo não é um direito, mas uma possibilidade exercida apenas nos momentos favoráveis da economia e, mesmo assim, graças a um crescente endividamento.

Associando essa proposição com o tema da superexploração do trabalho (MARINI, 1991), Abdala (2014) conclui que a estratégia brasileira de crescimento econômico que tem, na atualidade, o incentivo ao mercado de massas como um dos seus pilares, é organizada no conceito de nova classe média; e que essa organização se constitui em um estratagema que atua no sentido de ocultar as contradições do capitalismo dependente. Esse estratagema tem como consequência o aprofundamento da precariedade e superexploração do trabalho dos não-consumidores, além de garantir a conservação de privilégios de classe e reforçar a democracia de cooptação (ver IASI, 2013). Cabe mencionar que Abdala (2014) não defende a ideia de que o consumo não é importante na vida contemporânea. O que o autor realiza é rejeitar, articulando teoria e dados, que exista uma nova classe média e demonstrar que o estímulo ao consumo por meio do endividamento dos não-consumidores aprisiona ainda mais aqueles que, aparentemente, estariam se emancipando por meio de sua participação no mercado.

O tema da superexploração do trabalho também foi central para Dornelas Camara (2014), dessa vez em associação com Filosofia da Libertação (DUSSEL, 2002; 2007, entre outros) analisar a implementação de Programas Sociais de Combate à Pobreza nos municípios mais pobres do Rio Grande do Sul e nas capitais de Províncias do noroeste argentino, região mais pobre daquele país. Esses

Programas são: *Asignación Universal por Hijo para la Protección Social* (AUH); *Argentina Trabaja*; Programa Bolsa Família (PBF); e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). A decisão de tomar esses Programas com objeto de estudo se deveu ao crescente destaque que ganharam desde de sua implementação, em 2003. Sua repercussão não teve lugar apenas na academia, mas, principalmente, nos debates políticos e nas rodas de conversa, despertando curiosidade e posicionamentos apaixonados que afirmam ou negam sua efetividade. Inicialmente, analisamos documentos oficiais de governo, de institutos de pesquisa, de órgãos governamentais e multilaterais que se dedicaram a estudar esses Programas (DORNELAS CAMARA; MISOCZKY, 2012). Essa análise permitiu situá-los em uma trajetória de políticas sociais compensatórias da pobreza e encontrar o arcabouço teórico dos Programas em autores de matriz liberal que subsidiam a ideia de que a pobreza é um fenômeno que existe naturalmente, de responsabilidade individual do pobre e que o meio de ajudar os pobres a superarem a pobreza é a inserção nos mecanismos de mercado (DORNELAS CAMARA, 2013a). Frente à ampla aceitação dos Programas de Combate à Pobreza por diferentes estratos sociais e à comemoração de seu sucesso, retomamos a Filosofia da Libertação como fundamento dos estudos que realizamos. Não se trata, com isso, de um anacronismo apaixonado ou de fazer uma crítica banal. O retorno a essa Filosofia se mostrou incontornável desde a afirmação de uma ética da vida. A crítica que elaboramos sobre a orientação

liberal dos Programas, orientou-se, na afirmação de Dussel (2002, p. 313) de que a “negação da vida humana é agora nosso tema. O ponto de partida forte e decisivo de toda a crítica [...] é a relação que se produz entre a negação da corporalidade, expressa no sofrimento das vítimas, dos dominados, e a tomada de consciência desta negatividade”. Com isso, foi necessário buscar elementos teóricos que subsidiassem uma definição de pobreza como produto de um conjunto de relações sociais, determinadas econômica, histórica, política e eticamente, isto é, que possibilitassem a compreensão de que os pobres “não [são] a massa humana mecanicamente oprimida pelo peso da sociedade, mas a massa que provém da dissolução aguda da sociedade [...]” (MARX, 1973, p. 156).

A apropriação da Filosofia da Libertação para a análise dos Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil tornou possível demonstrar as limitações da concepção do pobre como figura antitética ao progresso e ao desenvolvimento. Assim, foi produzida uma concepção que entende os problemas sociais como expressão das contradições estruturais e superestruturais do sistema do capital e das relações sociais que o conformam. Nessa abordagem, a superação da pobreza só pode ser consequência da eliminação das relações sociais próprias desse sistema. A Filosofia da Libertação constitui um arcabouço teórico importante para analisar a reprodução da pobreza desde as particularidades do sistema capitalista na América Latina (DORNELAS CAMARA,

2013b). Tomando como ponto de partida o princípio ético-material da produção e reprodução da vida humana em comunidade, empreendemos uma análise da sua possibilidade de realização na Argentina e no Brasil. Para isso, seria preciso delimitar o modo como as pessoas produzem e reproduzem a sua vida, identificar as causas desse modo de produção da vida humana e as suas consequências, ou seja, reconhecemos a existência de uma economia política que tem como projeto organizar toda a vida humana na forma do mercado.

Nesse sentido, realizamos um estudo que situa os Programas na continuidade de um histórico de políticas sociais compensatórias que marca o combate à pobreza na América Latina desde a década de 1970. Essas políticas são informadas pela articulação de um conjunto de conceitos e definições de orientação liberal, formulados por instituições e autores como o Banco Mundial, John Rawls, Amartya Sen e o PNUD. Subjaz a essa abordagem liberal a separação entre as dimensões econômica e social que compreende a pobreza como um problema social de responsabilidade dos pobres. Para autores vinculados a essa abordagem, o combate à pobreza é feito através da inclusão dos pobres nos mecanismos de mercado, espaço onde eles podem realizar os estados e as escolhas que valorizam. No entanto, a formulação dos Programas de Combate à Pobreza na Argentina e no Brasil é influenciada, também, por autores inspirados na ideia de um Estado de Bem-Estar Social. Eles reconhecem a urgência da

questão social e defendem a politização desses Programas para garantir a instituição de direitos sociais e o acesso dos pobres a estes, de modo a realizar sua cidadania ativa. Apesar dos avanços proporcionados por essas abordagens, o autor indica algumas limitações que impedem o efetivo combate à pobreza: a definição de quem são os pobres e as razões da pobreza são estabelecidas em termos restritos que impossibilitam compreender os determinantes estruturais da pobreza, situados na relação capital-trabalho, especificamente na superexploração do trabalho que marca a vida do povo latino-americano. Em razão disso, o trabalho analisa a implementação dos Programas nas localidades selecionadas a partir do método analético, proposto por Enrique Dussel (2012). Esse método parte do reconhecimento da situação do pobre enquanto povo oprimido que luta pela sua libertação com a organização de projetos nacionais e populares que rompam com a lógica da dependência econômica e estejam comprometidos com o princípio ético da produção e reprodução da vida humana em comunidade. Esse método permitiu concluir que, nas localidades analisadas, os Programas operam como mecanismo complementar à superexploração do trabalho (MARINI, 1991). No entanto, o povo não está totalmente submetido a eles. A vivência no campo possibilitou reconhecer que há frentes de luta do povo contra a reprodução e o avanço da Totalidade do sistema vigente, pela defesa de suas gestas e modos históricos de existência. A vivência em campo permitiu identificar que o povo articula momentos de conscientização de quem está frente-

a-frente com o capital. Mesmo que local e parcialmente, o povo organiza lutas e projetos que enfrentam a lógica transnacional do capitalismo dependente para ir mais-além: não querem viver desses Programas; reconhecem sua ajuda, mas anseiam por terra, emprego e a possibilidade de viver suas vidas autonomamente; recusam sucumbir ao plano de vida que a Totalidade do sistema lhes quer impor (DORNELAS CAMARA, 2014).

Como se pode constatar, as proposições de Ruy Mauro Marini têm sido fundamentais para nossos estudos sobre a estratégia brasileira de desenvolvimento. Em outro estudo, Amaral (2013) tomou a teoria do subimperialismo (MARINI, 2012), elaborada no contexto dos anos 1960 e 1970, valorizando seu potencial explicativo, com as devidas mediações pela distância temporal, para compreender a estratégia de crescimento econômico do Brasil e sua participação nos projetos de integração da infraestrutura regional. O estudo analisou os grandes projetos de infraestrutura que têm participação do Brasil e são executados no país e em países da América do Sul, ou seja, o Programa de Aceleração do Crescimento em suas duas fases e obras que compõem a agenda do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento. A conclusão indica a revigoração da estratégia subimperialista brasileira na sua relação com os países da região. A mesma conclusão se encontra em Misoczky e Imasato (2014), desta vez em uma análise da estratégia de inserção regional que privilegia

frações de classe através do acesso privilegiado de fundos públicos (via BNDEs) e da garantia (via diplomacia) de mercados nos países vizinhos, reforçando as desigualdades regionais e reeditando, em nova versão, o projeto de ser a grande liderança na América Latina.

O tema do desenvolvimento também foi tratado em estudos que buscaram compreender sua expressão em territórios específicos. Assim, foram elaborados dois projetos com esse propósito: "Estratégias, contradições e dinâmicas sociais e econômicas em Livramento (BR) e Rivera (UY)"²³ e "As relações entre a estratégia nacional de desenvolvimento e a construção do espaço na cidade do Rio Grande-RS"²⁴.

O primeiro, já concluído, analisou as características (processos de diferenciação) e tendências (coerência regional) da dinâmica sócio-econômica construída pelos atores sociais, com base nas de Encontramos em David Harvey (2005) a concepção segundo a qual os espaços regionais são definidos por processos nos quais produção e consumo, oferta e procura (de mercadoria e força de trabalho), produção e realização, conflitos de classe e acumulação, cultura e estilos de vida, permanecem unidos em um tipo de coerência estruturada resultante do conjunto

²³ Projeto financiado pelo CNPq e coordenado por Maria Ceci Misoczky.

²⁴ Projeto coordenado por Rogério Faé.

de relações de forças produtivas e sociais. O conceito de coerência estruturada possibilita compreender a existência de certas harmonizações, ainda que parciais, de disputas localizadas e interesses de classe. No entanto, também existem processos que solapam essa coerência. Ou seja, Harvey (2005) remete à reflexão sobre como se transformam, se redefinem e persistem coerências apesar da constante pressão pela diferenciação. Portanto, a noção de coerência regional não implica em qualquer suposição de consenso ou de ausência de conflitos. Pelo contrário, a coerência é o que é produzido também em decorrência de relações de conflito e contradição. Os resultados indicaram que a coerência regional estruturada pelos atores da fronteira Livramento-Rivera segue os padrões histórico-culturais da expectativa de grandes projetos propiciados por atores externos que reproduzem os padrões histórico-culturais da estrutura fundiária ou se apropriam de espaços valiosos em termos de recursos naturais. A organização de projetos alternativos à lógica desenvolvimentista, ao se entrelaçar com instituições de suporte técnico-organizacional, acaba por reproduzir práticas organizacionais voltadas para o mercado, solapando as possibilidades de criação de lógicas distintas²⁵.

²⁵ Os resultados desse estudo se encontram sistematizados em um artigo de autoria de Sueli Goulart, Maria Ceci Misoczky e Rafael Kruter Flores em processo de avaliação.

O segundo projeto, que se encontra em andamento, coloca a relação entre a estratégia nacional de desenvolvimento e a construção do espaço no município de Rio Grande, com o objetivo de compreender a dinâmica socioeconômica e cultural desencadeada na cidade a partir dos investimentos para a implementação do Polo Naval na cidade do Rio Grande. Busca pôr em questão as afirmações que explicam a depressão e a falta de opções para a metade sul do estado (na qual se inclui a cidade do Rio Grande) pela articulação entre lógicas que, por um lado, desvalorizam potencialidades, culturas e necessidades locais; e, por outro, tomam como referência a possibilidade de incorporação à região de setores industriais ou agroindustriais modernos com alta incorporação de tecnologia e inseridos, preferencialmente, em um mercado exportador.

Simultaneamente, nosso olhar continuava mirando as lutas sociais e o conhecimento que nelas se produz. Um primeiro registro se encontra na reflexão de Misoczky (2011) sobre a oposição de movimentos dos povos originários no Peru e no Equador contra o desenvolvimentismo extrativista e a valorização de suas tradições de organização para a produção e reprodução da vida em comunidade.

Em 2012 fizemos nova viagem de estudos. Desta vez participaram Maria Ceci Misczky, Rafael Kruter Flores e Steffen Böhm. O destino foi a região do noroeste da Argentina, onde se localizam importantes movimentos contra a

megamineração contaminante. Steffen retornou a Santiago del Estero, agora para aprofundar a compreensão daquele movimento com o qual havia convivido anos antes. Rafael foi em busca de conhecimento para sua Tese de Doutorado, inspirado pelas consignas a “a água vale mais que o ouro” e “a vida não se negocia”. Maria Ceci, mais especificamente interessada na organização das lutas. Como sempre, estar junto aos lutadores inspira, renova e ensina.

Flores (2013), em sua tese, reelaborou suas conclusões de pesquisas previamente realizadas no âmbito do Grupo, sempre com foco no tema da água. A partir daquilo que havia acumulado em pesquisas prévias²⁶, e do contato com grupos que têm resistido à exploração metalífera e à destruição que provoca no noroeste da Argentina, formulou uma crítica ontológica da concepção da água como bem econômico. Para tanto, buscou na obra de Marx (1976) a referência para compreender a relação entre o capital e a natureza, e as formas pelas quais o primeiro precisa subordinar a segunda em seus avanços e retrocessos. Articulando conceitos chave na obra deste autor – valor, metabolismo social e

²⁶ As pesquisas que já haviam sido realizadas tiveram como temática a participação da sociedade civil nas deliberações do Comitê do Lago Guaíba, analisada a partir de um referencial de corte liberal da ciência política (FLORES; MISOCZKY, 2008); as lutas sociais pela reestatização de serviços de água e saneamento no Uruguai e Argentina (processos que não são específicos desses países, mas estão espalhados pelo mundo), tendo como principal referência a teoria da hegemonia em Gramsci (FLORES, 2007; 2010); e o histórico do abastecimento público de Porto Alegre, analisado em articulação com a expansão do capital em escala global e construção de novos espaços de acumulação (HARVEY, 2010).

luta de classes – o trabalho esclareceu as origens da concepção que transforma a água em uma mercadoria a ser controlada pela classe capitalista, tanto em um sentido teórico-ideal quanto nas práticas concretas de apropriação. Um objetivo subsidiário foi acertar as contas com análises pretensamente críticas dos processos de privatização de serviços e de espoliação da água, mas que não alcançam suas dimensões mais profundas. Nesse acerto de contas, foi necessário apontar para a teoria institucional e a economia neoclássica, principalmente na sua

formulação mais recente, a governança. Como conclusão, a Tese indica que dos antagonismos inerentes às práticas capitalistas de apropriação da água emergem lutas sociais que realizam uma crítica ontológica e esboçam uma concepção universal da água como bem comum. Em outros termos, é necessário que a crítica ao capital seja uma crítica ontológica, que alcance todas as dimensões da vida social. Essa crítica é, muitas vezes, feita na práxis das lutas sociais, nas quais podem estar as sementes da vida, do novo, e de outros mundos.

Dois outros trabalhos resultantes desta viagem se referem às lutas contra a mega mineração contaminante. Misoczky e Böhm (2013) contextualizam a nova era de declarada fé dos governos da América Latina no mito do desenvolvimento e sua articulação com a expansão de políticas extrativistas exportadoras em um

contexto de renovada dependência. A face mais dramática do extrativismo na região tem sido a crescente presença de corporações mineiras transnacionais apoiadas por governos nacionais e regionais e por instituições internacionais financeiras e de apoio ao desenvolvimento, e intensamente resistidas por movimentos sociais populares. Em um artigo intitulado “Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros”, apresentamos o caso de Andalgalá (uma pequena cidade na Província de Catamarca, na Argentina) e as lutas do povo contra corporações mineiras transnacionais e seus aliados. Na tradição da Filosofia da Libertação e do método ana-dialético de Dussel, nos engajamos com o que tem sido denominado “comunidades argentinas do NÃO”, expressando sua oposição a formas neocoloniais de desenvolvimento e gestão. Neste artigo estamos especificamente interessados em compreender como dois dispositivos gerencialistas usados pelas corporações mineiras, responsabilidade social corporativa (RSC) e pactos de governança, impactam a luta do povo.

O método analético acima mencionado se refere à proposição de Dussel (2004a; 2012) que chama de analético, ou ana-dialético²⁷, o método que parte do

²⁷ Uma exposição do autor sobre a analética, ou ana-dialética, pode ser encontrada em Dussel (2012). Apropriações do método analético para os Estudos Organizacionais podem ser encontradas em Dornelas Camara (2014b) e Misoczky e Dornelas Camara (2014).

reconhecimento da situação do pobre enquanto povo oprimido que luta pela sua libertação com a organização de projetos que rompam com a lógica da dependência econômica e estejam comprometidos com o princípio ético da produção e reprodução da vida humana em comunidade. Na analética, o povo é o sujeito de sua libertação, isto é, para Dussel (2002; 2004a; 2004b; 2012) o povo não deve ser confundido com um conglomerado amorfo como a massa. O povo também não deve ser confundido com classe, pois ela desaparece com a totalidade que a determina - as classes capitalistas terminarão junto com o sistema econômico que se funda na exploração do trabalho. O povo é um “bloco social da sociedade civil, anti-hegemônico enquanto oprimido e explorado nas épocas finais de um sistema, de um modo de apropriação e produção, quando a estrutura não resiste ao impulso criador das forças produtivas e deve reprimir o surgimento de um novo sistema” (DUSSEL, 2012, p. 384-385). Dussel (2012, p. 386, grifos do autor) chama a atenção para o fato de que o bloco social que constitui o povo não é Exterioridade apenas como classe, pois outros grupos sociais que guardam exterioridade também à nação o constituem. A importância política do conceito de 'povo' é revolucionária, pois o povo é sujeito histórico que atravessa os diversos modos de apropriação de uma formação histórica “com as memórias de suas gestas, com cultura própria, com continuidade no tempo [...]. O povo é o coletivo histórico de pobre nos momentos limites da aniquilação de um sistema e de passagem a outro”.

Na analética, cabe aos intelectuais engajados com o povo, aqueles que têm a experiência de 'Nós' com os dominados, pensar reflexivamente sobre a sua condição e realizar a crítica temática que o intelectual orgânico pode elaborar desde o seu lócus de enunciação. A conscientização do intelectual, na analética, tem três momentos: (1) uma consciência ético-crítica da opressão que é pré-temática; (2) uma consciência temática explícita de quem foi interpelado pelo oprimido e 'está com' ele; (3) uma consciência temático-crítica existencial, desde a qual os intelectuais orgânicos se articulam com a comunidade intersubjetiva dos oprimidos de diversas maneiras para a negação da Totalidade vigente e construção de uma nova Totalidade.

O método analético e a ética da libertação de Enrique Dussel se constituem no fundamento do segundo trabalho realizado para disseminar e apoiar a luta do povo contra o extrativismo. Dessa vez se trata da luta do povo de Chilecito e Famatina contra a destruição do cerro Famatina. Misoczky e Böhm (no prelo) relatam como o povo de uma das regiões mais pobres da Argentina – gente comum, humilde – tem sido capaz de derrotar poderosas corporações transnacionais que tem atuado em conjunto com os governos nacionais e provinciais, apoiados pela mídia corporativa, por bancos internacionais de desenvolvimento e outras instituições poderosas. Primeiro Barrick Gold, depois Shandong Gold e, mais recentemente, Osisko Mining Corporation se retiraram da

região depois de intensos enfrentamentos. O trabalho mostra a transformação dessa gente comum em uma força política capaz de construir um novo consenso crítico e, através de suas organizações autônomas horizontais (assembleias), de demonstrações públicas (frequentemente reprimidas com violência), em encontros da *the Unión de Asambleas Ciudadanas*, de bloqueios de acessos à montanha. Mostra, também, a consciência de que sua luta vai durar para sempre – Famatina sempre vai estar lá, e enquanto a montanha, cheia de metais preciosos, estiver lá, a cobiça e os pactos neocoloniais para sua exploração vão retornar, exigindo a dedicação dos atuais lutadores por toda sua vida e a continuidade da luta para além das gerações presentes.

Outra frente de trabalho que se encontra em nosso Grupo de Pesquisa se refere ao campo da produção e disseminação do conhecimento acadêmico-científico, questionando o paradoxo da apropriação privada do conhecimento gerado com financiamento público e as vinculações entre mecanismos de avaliação de produtividade e modo de operação da indústria editorial. Investigamos mais especificamente o movimento do acesso aberto a publicações científicas e, mais recentemente, a criação e incorporação do ScieELO Citation Index à plataforma

Web of Knowledge, da Thomson Reuters²⁸. A experiência do projeto SciELO, sua trajetória, o estágio atual bem como as perspectivas futuras se apresentam com um potencial significativo para a ilustração das contradições nesse setor. Como é próprio do sistema capitalista, essas especificidades são permanentemente confrontadas com os interesses do capital. Por isso, nossa análise está baseada na compreensão de Marx (1976), segundo a qual todo e qualquer fruto do trabalho humano, no sistema capitalista, deve necessariamente ser convertido em mercadoria, incluindo o conhecimento. Observa-se um crescente número de editores privados que disponibilizam artigos em acesso aberto, mas cobram por artigo publicado. Que o conhecimento acadêmico-científico, no sistema capitalista, tornou-se uma mercadoria de forte apelo comercial não há dúvidas. Mas, o óbvio, tomado como natural, ou, imune a questionamentos, esconde mecanismos intrincados e paradoxais que, desvelados, expõem a nu o alto grau de contradições que o constitui. No caso da indústria editorial já se ultrapassou o fato concreto do valor econômico do conhecimento acadêmico-científico porque capaz de gerar produtos, inovações, ou, melhorias das condições de vida das populações. Matizado com critérios de avaliação de produtividade e de *rankings* de excelência de pesquisadores e instituições, num cenário de competição e de crise do

²⁸ GOULART, S. Open access: cooperative and common good experiences or business models? In: LATIN AMERICAN AND EUROPEAN MEETING ON ORGANIZATION STUDIES, 5th, 2014, La Habana. Proceedings... La Habana: EGOS, 2014.

capitalismo, já não é somente o conhecimento que conta, mas sua forma mais abstrata: a publicação. É em torno desta mercadoria – a publicação – que grandes interesses empresariais se mobilizam. Nesse empreendimento contam com a crescente funcionalização das universidades e das agências financiadoras de pesquisa aos interesses do capital por meio, por exemplo, da obsessão por produtividade, medida por indicadores de citação. No eixo das pressões que hoje confrontam as iniciativas de acesso aberto está uma concepção de avaliação e legitimação do conhecimento científico-acadêmico funcional aos interesses do capital que, em momentos de crise, precisa deslocar suas contradições para outros espaços de acumulação. A publicação dos resultados de pesquisa, concebida ela própria como mercadoria, guarda relação com os modos mediante os quais a universidade tornou-se alvo dos interesses do capital e de como agências governamentais, como a CAPES, ou a FAPESP, por exemplo, “se tornaram mediadores e porta-vozes desses interesses, traduzindo-os em demandas e transmitindo-as às universidades [...]” (MACHADO; BIANCHETTI, 2011).

Tomamos também como objeto de investigação as demandas e as experiências que diferentes grupos e movimentos sociais populares tem desenvolvido na tentativa de solucionar, por si e para si, o problema de sua formação, produção e acesso ao conhecimento em nível superior. Ao mesmo tempo, a expansão do acesso ao ensino superior, orientada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação,

promulgada em 1996, articulada às influências do pensamento neoliberal, quase que integralmente assumidas pelos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, tem repercutido muito fortemente nas universidades públicas. Profundas alterações têm ocorrido no tocante à organização do trabalho nas universidades, às formas de contratação para os novos estabelecimentos e estratégias de ensino, aos mecanismos de financiamento das atividades, às formas de controle e avaliação e à própria expansão e manutenção da estrutura física de suporte. Sob esta temática, foi produzida uma dissertação acerca da adesão da UFRGS ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)²⁹ e outra encontra-se em elaboração em torno do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)³⁰. Essas investigações³¹ também se articulam ao pensamento social latino-americano (incluindo, evidentemente, o brasileiro), desde os registros e reflexões sobre o movimento de Córdoba (MARIÁTEGUI, 2008), a incessante luta de Darcy Ribeiro (1969) ao exame crítico de Maurício Tragtenberg (2004), dentre outros.

²⁹ GOULART, D. M. Adesão ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB): implicações organizacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

³⁰ VOLTZ, C. E. P. Educação superior e o PRONERA no Rio Grande do Sul: análise de uma política de educação do campo. 2014. (Proposta de dissertação, apresentada ao PPGA/UFRGS, 2014).

³¹ Projeto financiado pelo CNPq, para o período 2013-2016, coordenado por Sueli Goulart.

ONDE ESTAMOS, PARA ONDE VAMOS?

Neste momento estamos fazendo um balanço do nosso trabalho. Temos claro que encerramos um ciclo nos estudos que realizamos sobre o tema do desenvolvimento: uma agenda que nos foi imposta pelas lutas e pelos lutadores sociais. Precisamos sistematizar o que foi realizado de modo a compartilhar os avanços que realizamos. Dentre esses se encontra a apropriação e renovação da tradição do pensamento crítico latino-americano, indo além do que usualmente fazemos nos Estudos Organizacionais. Ou seja, trabalhamos com os autores brasileiros que inauguram a crítica em nosso campo disciplinar³² e fomos além, realizando um diálogo interdisciplinar que tem sido a marca do nosso trabalho.

Outro avanço realizado por alguns de nós foi uma dedicação mais sistemática ao estudo da obra de Karl Marx. Essa dedicação tem não apenas contribuído para a qualificação do que fazemos, mas também para que o sentido da crítica siga suas recomendações e seja, portanto, uma crítica implacável de tudo o que existe, sem assustar-se com seus resultados.

³² A esse respeito ver o artigo de Maria Ceci Misoczky, Rafael Kruter Flores e Sueli Goular, intitulado "Uma declaração anti-management em diálogo com autores críticos nos estudos organizacionais brasileiros" a ser publicado na Revista de Administração de Empresas.

Dentre as direções que se insinuam, uma delas é a necessidade de se aprofundar as reflexões sobre o bem comum. Nas definições de Harvey (2012), o bem comum aparece como a relação que se trava entre um grupo e as dimensões da vida em comunidade construída por esse grupo, sejam elas mais relacionadas aos aspectos físicos, como a natureza, a água, por exemplo; ou relacionadas a aspectos sociais, como a cultura de um lugar, as formas de convivência, a comida etc. Trata-se de um conceito vivo, atualmente presente na práxis das lutas sociais mas que é, como toda criatividade humana, passível de cooptação pelo capital.

Outra direção é a do que estamos chamando de “crítica à economia política da organização”. Como se pode constatar pelos relatos que aqui fizemos, esse tema tem estado subjacente em nosso trabalho. Pensamos que se trata de trazê-lo para o centro e torná-lo um projeto organizador de nosso fazer. Finalizamos, portanto, esse artigo, com algumas indicações desta nova direção.

A história do desenvolvimento capitalista e uma história da economia política da organização. O objetivo da organização capitalista é organizar de tal maneira que a extração de mais-valia e a hegemonia do capital se reproduzam continuamente em escala global (MARX, 1976). Desse modo, o capital é sempre sobre a organização do que Marx (1992) chama “capital social total”. Marx (1976), e muitos depois dele, tem criticado a economia política clássica e neoclássica por

seus erros e insuficiências, assim como por ser a expressão ideológica do pensamento burguês e da ordem social. O método marxista é central para essa crítica. O materialismo histórico permitiu a articulação dialética das várias dimensões da vida social e explicar a existência, sob a superfície social, do valor – uma dimensão imaterial e, ao mesmo tempo, objetiva (HARVEY, 2010) que organiza a sociedade capitalista. Assim, na obra de Marx, encontramos a explicação para um modo específico de organizar a vida humana, um tipo específico de metabolismo social de organiza e ordena o mundo.

Ainda que o tema da organização não seja central em *O Capital*, é amplamente aceito hoje em dia, que a organização está no centro de relações fetichizadas. Isto é, no capitalismo o fetichismo não é um gozo individual, mas um objetivo estrutural e objetivo que busca organização as relações sociais à sua imagem. Mais que isso, como sabemos, a organização é um fetiche que, com a teoria administrativa e gerencial, tem seu próprio conhecimento ideológico legitimador (TRAGTENBERG, 2006). A organização moderna, racionalizada, está nos fundamentos da organização da vida social no capitalismo contemporâneo e tem sido majoritariamente estudada como um de seus componentes naturalizados. Mesmo nos estudos críticos da administração e nos EOs, há uma tendência a prestar pouca atenção à dimensão econômica, não reconhecendo a organização contemporânea da vida social como um fetiche. Se até o pensamento crítico

negligencia essa dimensão, então o pensamento convencional que isola a crítica da organização da realidade social e econômica capitalista reina soberano.

Articular o entedimento da organização do capital social total – também no contexto de revoltas contra o capital e da organização de lutas libertadoras – requer que ampliemos o campo dos estudos organizacionais que se pretendem críticos para incluir a crítica à economia política. Para tanto, é preciso tomar o conceito de valor de modo central e, também, compreender e criticar a economia política da organização no capitalismo contemporâneo em suas múltiplas dimensões: produção de coisas, ideologias, políticas públicas, relações internacionais, apropriação da natureza e das comunidades etc. É preciso reconhecer e valorizar os múltiplos espaços de organização que são produzidos em diferentes processos de luta de classe nos quais as pessoas buscam novos modos de viver e opõem relações opressivas.

Essas são algumas indicações de para onde vamos, sempre atentos aos temas que as lutas e os lutadores sociais nos indicam como relevantes...

REFERÊNCIAS

ABDALA, P. R. Organização da “nova classe média”, dialética do consumo e superexploração renovada do trabalho. 2014. 154 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

AMARAL, A. S. Os grandes projetos de infraestrutura com participação do Brasil, no país e na América do Sul: uma análise a partir da teoria do subimperialismo. 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BELLO, W. Los movimientos sociales organizan contra la destrucción ambiental de empresas: los casos de Gualaguaychú y Termas de Río Hondo. In: SEMINÁRIO EN LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE SANTIAGO DEL ESTERO (UNSE), 2006, Argentina, Anales... Argentina: UNSE, 2006.

BENJAMIN, W. Obras escolhidas: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. 272 p.

BLOCH, E. O princípio esperança. Rio de Janeiro: Contraponto /UERJ, 2006. v. 2. 480 p.

BRECHT, B. Teatro dialético. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. 283 p.

DELEUZE, G. Espinosa: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002. 144 p.

DORNELAS CAMARA, G. Os programas sociais de combate à pobreza na Argentina e no Brasil: uma abordagem da filosofia da libertação. 2014. 220 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

DORNELAS CAMARA, G. Poverty eradication in Brazil: an analysis from the perspective of the Philosophy of Liberation. In: INTERNATIONAL CONFERENCE IN CRITICAL MANAGEMENT STUDIES, 8th, 2013, Manchester. Proceedings... Manchester: CMS, 2013a.

DORNELAS CAMARA, G. Elementos fundamentais da ética da libertação para a produção do consenso dos oprimidos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, I, 2013, Fortaleza. Anais... Fortaleza: SBEO, 2013b.

DORNELAS CAMARA, G.; MISOCZKY, M. C. Os programas sociais de combate à pobreza na Argentina e no Brasil: abordagens teóricas e repercussões. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE ECONOMÍA POLÍTICA Y DERECHOS HUMANOS: ARGENTINA Y AMÉRICA LATINA. DILEMAS DE UNA NUEVA ETAPA ECONÓMICA, POLÍTICA Y SOCIAL. La Economía a Servicio de los Pueblos, VI, 2012. Anales... Buenos Aires: AMPM, 2012.

DUSSEL, E. A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 394 p.

DUSSEL, E. 20 teses de política. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007. 184 p.

DUSSEL, E. La esfera material de la política, los momentos ecológico, económico y cultural. Disponível em: <http://www.afyl.org/fp17.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2005.

DUSSEL, E. Ética de la liberación (Hacia el 'punto de partida' como ejercicio de la 'razón' ética originaria). In: APEL, K.-O.; DUSSEL, E. (Ed.). Ética del discurso y ética de la liberación. Madrid: Trotta, 2004a. p. 269-290.



DUSSEL, E. Hacia una arquitectónica de la ética de la liberación. In: APEL, K.-O.; DUSSEL, E. (Ed.). Ética del discurso y ética de la liberación. Madrid: Trotta, 2004b. p. 339-366.

DUSSEL, E. Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2002.

DUSSEL, E. Hacia una filosofía política crítica. Barcelona: Desclée de Brouwer, 2001.

FAÉ, R. Os discursos sobre desenvolvimento como recursos político-estratégicos: o Banco Mundial como organização central no campo discursivo do desenvolvimento. 2009. 263 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, J. A democracia no Brasil (1945-1964). São Paulo: Atual, 2006. 136 p.

FONTES, V. Novas encruzilhadas e velhos fantasmas. In: CASTELO, R. (Org.). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 13-19.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 256 p.

FLORES, R. K. Contra-hegemonia e a reestatização dos serviços de água e saneamento no Uruguai e na Província de Santa Fé (Argentina). 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FLORES, R. K. Uruguai: a luta pela água como um bem comum. In: MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; MORAES, J. (Org.). Organização e práxis libertadora. Porto Alegre: Dacasa, 2010. p. 107-130.

FLORES, R. K. Dos antagonismos na apropriação capitalista da água à sua concepção como bem comum. 2013. 219 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FLORES, R. K.; MISOCZKY, M. C. Participação no gerenciamento de bacia hidrográfica: o caso do Comitê Lago Guaíba. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 109-132, jan./fev. 2008.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 342 p.

HARVEY, D. Rebel cities: from the right to the cities to the urban revolution. New York: Verso, 2012. 187 p.

HARVEY, D. The enigma of capital and the crisis of capitalism. Oxford: OUP, 2010. 256 p.

HARVEY, D. La breve historia del neoliberalismo. Madrid: Akal, 2007. 256 p.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 192 p.

IASI, M. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 582 p.

KATZ, C. Socialismo ou novo-desenvolvimentismo? In: CASTELO, R. (Org.). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 57-80.

LANDER, E. Ciências sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, E. (Org). Colonialidad del saber. Buenos Aires, CLACSO, 2004. p. 11-40

LEÓN, I. (Ed.) La outra América en debate: aportes del I Foro Social Américas. Quito: FSA, 2006. 493 p.

LÓPEZ, E.; VÉRTIZ, F. Capital transnacional y proyectos nacionales de desarrollo en América Latina: las nuevas lógicas del extractivismo neodesarrollista. Herramienta: Debate y Crítica Marxista, Buenos Aires, n. 50, p. 21-35, Jul. 2012.

LÖWY, M. Figures du marxisme wébérien. Actuel Marx, Paris, n. 27, p. 83-94, 1995.

LUXEMBURGO, R. Greve de massas, partido e sindicatos. In: BOGO, A. (Org.) Teoria da organização política: Marx, Lênin, Rosa, Mao. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 241-339.



MACHADO, A. M. N., BIANCHETTI, L. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 51, n. 3, p. 244-254, maio/jun. 2011.

MARIÁTEGUI, J. C. A reforma universitária. In: SADER, E. (Org.). Cadernos do pensamento crítico latino-americano. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 194 p.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependência, 1991. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.htm. Acesso em: 24 ago. 2014.

MARINI, R. M. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, R. (Org.). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 103-118.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2012. 272 p.

MARX, K. Outlines of the critique of political economy. London: Penguin, 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/grundrisse/>. Acesso em: 30 ago. 2014.

MARX, K. Capital: a critique of political economy. London: Penguin, 1976. v. 1. 336 p.

MARX, K. Capital: a critique of political economy. London: Penguin, 1992. v. 2. 618 p.

MAZZEO, M. Qué [no] hacer. Buenos Aires: Antropofagia, 2005. 128 p.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. Campinas: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. O poder da ideologia. Campinas: Boitempo, 2004.

MISOCZKY, M. C. Organization and resistance: reflections from the South. In: EUROPEAN GRUPO FOR ORGANIZATION STUDIES COLLOQUIUM, 21th, 2005, Berlin. Proceedings... Berlin: EGOS 2005.

MISOCZKY, M. C. Editorial: Vozes da dissidência e a organização de lutas e resistências na América Latina. Ephemera, Warwick, v. 6, n. 3, p. 224-239, Aug. 2006.

MISOCZKY, M. C. Uma homenagem aos atuadores, uma aprendizagem sobre a prática libertadora. In: VECCHIO, R. A utopia em ação: Ói Nós Aqui Traveiz. Porto Alegre: Terreira da Tribo, 2007. p. 15-16.



MISOCZKY, M. C. World visions in dispute in contemporary Latin America. *Organization*, London, v. 18, n. 3, p. 345-363, May 2011.

MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. Resistindo ao desenvolvimento neocolonial: a luta do povo de Andalgalá contra projetos megamineiros. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. XI, n. 2, p. 311-339, jun. 2013.

MISOCZKY, M. C.; BÖHM, S. The oppressed organize against mega-mining in defence of Famatina: the ethics of liberation of Enrique Dussel. In: RHODES, K.; PULLEN, A. (Ed.). *Handbook of organization ethics*. London: Sage, no prelo.

MISOCZKY, M. C.; DORNELAS CAMARA, G.; CARBONARI, E. Ecos do povo em tempos de individualismo consumista. In: GURGEL, C.; MARTINS, P. E. (Org.). *Contribuições do pensamento Social brasileiro para o estudo da administração pública*. Niterói: UFF, 2012. p. 303-322.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. especial, p. 181-194, 2008.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; GOULART, S. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos? Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 1-14, set. 2008.

MISOCZKY, M. C.; GOULART, S.; MORAES, J. A ditadura do discurso do desenvolvimento em questão: das críticas proscritas a concepções emergentes. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, VI, 2010, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPAD, 2010.

MISOCZKY, M. C.; IMASATO, T. The Brazilian sub-imperialist strategy of regional insertion. *Critical Perspectives on International Business*, Bingley. (no prelo)

MISOCZKY, M. C.; MORAES, J. Práticas organizacionais em escolas de movimentos sociais. Porto Alegre: Dacasa, 2011.

MISOCZKY, M. C.; OLIVEIRA, R. P. ; PASSOS, R. P. Reflexões sobre a autogestão a partir da experiência da cidade das cidades. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 11, p. 183-198, 2004.

PRESTES MOTTA, F. C. Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981. 170 p.



QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLA, H. (Ed.). Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas. Quito: Flacso-Tercer Mundo, 1992. p. 437-449.

QUIJANO, A. José Carlos Mariátegui y Europa: el otro lado del descubrimiento. Lima: Empresa Editora Amauta, 1993. 3905 p.

RAUBER, I. A transformação social en el siglo XXI: camino de reformas o de revolución. Pasado y Presente XXI, [s.l.], p. 1-26, Jun. 2004.

REY, M. T. La autonomia como mito y como possibilidade, 2003. Disponível em: <http://argentina.indymidia.org/print.php?id=136630>. Acesso em: 31 out. 2005.

RIBEIRO, D. A universidade necessária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ROSTOW, W. W. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SAMPAIO JR., P. A. Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina. In: CASTELO, R. (Org.). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 35-56.



SOLÉ, A. L'entreprise: une invention Latine? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, II, 2003, Salvador. Anais... Salvador: NEPOL/UFBA, 2003.

SVAMPA, M. Pensar el desarrollo desde América Latina. In: MASSUH, G. (Ed.) Renunciar al bien común: extractivismo y (pos)desarrollo en América Latina. Buenos Aires: Maldulce, 2012. p. 1-25

TEVES, R. P. El lugar de la utopía: aportes de Aníbal Quijano sobre cultura y poder. In: MATO, D. (Coord.). Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder. Caracas: Clacso, 2002. p. 225-234.

TISCHLER, S. Tiempo y emancipación: Mijail Bajtin y Walter Benjamin en la Selva Lacandona. In: VEDDA, M. (Comp.). Constelaciones dialécticas: tentativas sobre Walter Benjamin. Buenos Aires: Herramienta Edicions, 2008. p. 105-144.

TRAGTENBERG, M. Sobre educação, política e sindicalismo. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2004. 216 p.

TRAGTENBERG, M. Burocracia e ideologia. São Paulo: UNESP, 2006.

VÁSQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2007. 488 p.

VECCHIO, R. A utopia em ação: Ói Nós Aqui Traveiz. Porto Alegre: Terreira da Tribo, 2007. 120 p.

VIEIRA PINTO, Á. Sociologia dos países subdesenvolvidos: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do "vale das lágrimas". Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 432 p.

VIEIRA PINTO, Á. Ideologia e desenvolvimentismo nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1956. 356 p.

WEBER, M. Economia y sociedad. México: FCE, 1997. 1245 p.

WEFFORT, F. C. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 181 p.

Organização e Práxis Libertadora

Resumo

Este artigo apresenta a trajetória e a produção acumulada pelo grupo de pesquisas Organização e Práxis Libertadora, localizado na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em seu Programa de Pós-Graduação (PPGA). Nesta trajetória, percorremos caminhos teóricos e empíricos orientados pela busca de um conhecimento organicamente vinculado às práticas organizacionais de movimentos e grupos comprometidos com a libertação. Neste processo, foi necessário questionar as definições conceituais dos Estudos Organizacionais, ampliando sua abrangência pela reflexão acerca das lutas sociais e referenciais que permitem compreender os movimentos da sociedade em seu devir histórico. Atualmente estamos fazendo um balanço do nosso trabalho, tendo encerrado um ciclo no qual nos debruçamos sobre o tema do desenvolvimento, uma agenda imposta pelas lutas sociais. Dentre as direções que se insinuam, está a necessidade de se aprofundar reflexões sobre aquilo que estamos chamando de uma "crítica à economia política da organização".

Palavras-chave

Práticas organizacionais; Movimentos sociais; Estudos organizacionais; Crítica; Libertação.



Organization and Liberating Práxis

Abstract

This paper presents the trajectory and the accumulated production of the research group Organização e Práxis Libertadora, located in the Escola de Administração of the Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In this trajectory, we have gone through theoretical and empirical pathways oriented towards the search for a knowledge organically linked to organizational practices of movements and groups compromised with liberation. In this process, it became necessary to challenge definitions of the Organization Studies field, widening its scope with reflections about social struggles and references that enable us to comprehend the movements of society in its historical becoming. Currently, we are evaluating our production, since we have concluded a cycle in which we focused on the theme of development, an agenda imposed by social struggles. Among the possible directions, it is the deepening of reflections on what we call the "critique of the political economy of organization".

Keywords

Organizational practices; Social movements; Organization studies; Critique; Liberation.



Organización y Práxis Liberadora

Resumen

Este artículo presenta la trayectoria y la producción acumulada por el colectivo de investigaciones Organização e Práxis Libertadora, ubicado en la Escola de Administração de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recorrimos caminos teóricos y empíricos orientados hacia la búsqueda de un conocimiento orgánicamente vinculado a las prácticas organizacionales de movimientos y grupos comprometidos con la liberación. En este proceso, fue necesario cuestionar definiciones conceptuales de los Estudios Organizacionales, ampliando su alcance con la reflexión acerca de las luchas sociales y referentes que posibilitan comprender los movimientos de la sociedad en su devenir histórico. Actualmente estamos haciendo un balance de nuestro trabajo, ya que concluimos un ciclo en el cual reflexionamos sobre el tema del desarrollo, una agenda impuesta por las luchas sociales. Entre las direcciones que se presentan está profundización de reflexiones sobre lo que denominamos una "crítica de la economía política de la organización".

Palabras clave

Prácticas organizacionales; Movimientos sociales; Estudios organizacionales; Crítica; Liberación.

Autoria

Grupo de pesquisa Organização e Práxis libertadora

Coletivo de trabalho localizado na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: maria.cecil@ufrgs.br.

Endereço para correspondência

Grupo de pesquisa Organização e Práxis libertadora. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração. Rua Washington Luís, 855, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil. CEP: 90010-460. Telefone: (+55 51) 33083086.

Como citar esta contribuição

GRUPO DE PESQUISA ORGANIZAÇÃO E PRÁXIS LIBERTADORA. Organização e práxis libertadora. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, n. 1, p. 286-367, jun. 2014.

Contribuição Submetida em 31 ago. 2014. Aprovada em 31 ago. 2014. Publicada online em 4 set. 2014. Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

